

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.192 - PR (2018/0334019-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
EMBARGANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : BRUNO DI MARINO - RJ093384
LIDIA GUIMARÃES CUPELLO E OUTRO(S) - RJ146950
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
PATRICIA BARBOSA RAMOS - RJ175285
EMBARGADO : OSMAR AVELINO COSTA
ADVOGADOS : ROMEU DENARDI E OUTRO(S) - PR025099
SANDRA JUSSARA RICHTER - PR027975

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL em face da decisão acostada às fls. 496-498 e-STJ, da lavra deste signatário, em que se proveu parcialmente o recurso especial.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 501-504 e-STJ), aponta omissão quanto à condenação ao pagamento de honorários.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decide-se.

1. Com efeito, a teor do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão.

De fato, **verifica-se a existência da omissão apontada.**

Assim, considerando que a decisão ora embargada reestabeleceu a sentença (fls. 333-343 e-STJ) proferida em primeira instância, que julgara o feito extinto sem resolução de mérito, deve ser também reestabelecida a condenação ao pagamento de honorários, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

2. Do exposto, **acolhe-se** os embargos de declaração, apenas para sanar a omissão apontada, a fim de condenar o demandante, ora embargado, ao pagamento de honorários sucumbenciais, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator